

RESOLUÇÃO Nº 152, DE 13 DE AGOSTO DE 2019

Altera a Declaração de Práticas de Certificação da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil (DOC-ICP-01), para complementar requisitos WebTrust.

O COORDENADOR DO COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, §1º, inc. IV, do Regimento Interno, torna público que o COMITÊ GESTOR DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA, no exercício das competências previstas no art. 4º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, em plenária virtual encerrada em 13 de agosto de 2019,

RESOLVEU:

Art. 1º Esta Resolução altera o documento Declaração de Práticas de Certificação da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil (DOC-ICP-01), para complementação de requisitos WebTrust, no âmbito da ICP-Brasil.

Art. 2º O DOC-ICP-01, versão 5.0, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“.....

1.1 Visão Geral

.....

A AC Raiz possui os certificados de níveis mais altos na ICP-Brasil. Esses certificados contêm as chaves públicas correspondente às chaves privadas da AC Raiz, utilizadas para assinar os seus próprios certificados, os certificados das ACs de nível imediatamente subsequente ao seu e as suas Listas de Certificados Revogados - LCR.

Esta DPC segue as atualizações dos documentos *Baseline Requirements* e *Extended Validation SSL e CodeSign Guidelines* [12], do *WebTrust Principles and Criteria* [11] e publicações do CA/Browser Forum, disponíveis no sítio <https://cabforum.org>.

A estrutura desta DPC está baseada na RFC 3647.

.....

4.2 Processamento de Solicitação de Certificado

.....

A AC de nível subsequente deve encaminhar a solicitação de seu certificado à AC Raiz por meio de seus representantes legais, utilizando o padrão definido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [10].

A AC Raiz não recebe solicitações de certificados para usuários finais, de acordo com a MP 2.220-2, de 24 de agosto de 2001. Portanto, não existe, para a AC Raiz, o cenário de restrições ou autorizações ao processamento de registros de DNS para autorização da autoridade de certificação.

.....

10.4 Os documentos referenciados no *WebTrust Principles and Criteria* [11] bem como os *Baseline Requirements e Extended Validation SSL e CodeSign Guidelines* [12] são publicados respectivamente pelo CPA - *Chartered Professional Accountants Canadá* e CA/Browser Forum. Esses documentos encontram-se disponibilizados nos endereços: <https://www.cpacanada.ca/en/business-and-accounting-resources/audit-and-assurance/overview-of-webtrust-services/principles-and-criteria> e <https://cabforum.org>.

<i>Ref.</i>	<i>Nome do documento</i>	<i>Endereço</i>
[11]	<i>WEBTRUST PRINCIPLES AND CRITERIA</i>	https://www.cpacanada.ca/en/business-and-accounting-resources/audit-and-assurance/overview-of-webtrust-services/principles-and-criteria
[12]	<i>BASELINE REQUIREMENTS, EXTENDED VALIDATION SSL e CODESIGN GUIDELINES</i>	https://cabforum.org

” (NR)

Art. 3º Fica aprovada a versão 5.1 do documento DOC-ICP-01 - DECLARAÇÃO DE PRÁTICAS DE CERTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE CERTIFICADORA RAIZ DA ICP-BRASIL.

§ 1º As demais cláusulas do referido documento, na sua versão imediatamente anterior, em sua ordem originária, integram a presente versão e mantêm-se válidas.

§ 2º O documento referido no caput encontra-se disponibilizado, em sua totalidade, no sítio <http://www.it.gov.br>.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO WANDSCHEER DE MOURA ALVES